

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Biegging

Raul Inácio Busarello

ISBN 978-85-7221-633-3

2026

Aleixo Castigo Muamununga

Rosa Augusta Samati

INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM ANGOLA:

ANÁLISE DAS EXTERNALIDADES POSITIVAS,
À LUZ DA ABORDAGEM DE GUSTAVO IOSCPÉ

RESUMO:

A educação, enquanto processo social, histórico e cultural, constitui um elemento central para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de competências e a formação de valores, desempenhando um papel decisivo no progresso das sociedades. Nesse contexto, o presente estudo visou analisar o investimento em educação como agente de transformação social em Angola, sob a perspectiva das externalidades sociais positivas, com base na abordagem teórica de loscpe (2004). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza analítico-descritiva, fundamentada na análise documental dos Orçamentos Gerais do Estado de 2022 a 2026. A técnica de tratamento de dados utilizada foi análise textual discursiva, conforme proposta por Moraes e Galiuzzi (2020). Os resultados evidenciam uma tendência de subvalorização do papel estratégico da educação no desenvolvimento nacional. Tal cenário sugere a prevalência de uma compreensão limitada da educação como setor isolado, desconsiderando seu caráter transversal e sua capacidade de impactar diversas dimensões do desenvolvimento humano. À luz da abordagem de loscpe (2004), níveis reduzidos de investimento educacional estão associados à persistência de problemas estruturais, como o desemprego, pobreza, criminalidade e fragilidade da coesão social. Conclui-se que há necessidade urgente de reorientação das prioridades públicas, de modo a posicionar a educação como eixo central das estratégias de desenvolvimento em Angola. A garantia de financiamento sustentável e de maior eficiência na alocação de recursos mostra-se essencial para a promoção de uma sociedade mais equitativa, inclusiva e alinhada aos princípios internacionais de desenvolvimento.

Palavras-chave: Educação, Investimento educacional, Transformação social, Angola.

INTRODUÇÃO

A educação permanece como um dos vetores fundamentais para o desenvolvimento e o progresso de qualquer estrutura social. Na contemporaneidade, a sua relevância adensa-se perante os desafios e as complexidades emergentes. Nesse sentido, “[...] há uma razão fundadora da e para a educação, ela está na vocação de tornar o ser humano sempre mais humano. Isto é, mais humanamente humanizado” (Brandão, 2020, p. 45). Com efeito, a educação participa substantivamente no processo cultural de transformação dos sujeitos, das culturas e da sociedade em sentido lato.

Segundo Brandão (2020, p. 23), a educação “visa o empoderamento da aceitação e do empoderamento do outro [...] para o desenvolvimento enquanto pessoa e coletividade”. Para além dos seus efeitos diretos sobre a produtividade individual, a educação gera um conjunto de externalidades positivas que impactam diversas dimensões da vida social (Ioschpe, 2004).

No contexto angolano, a educação constitui um fator determinante no fomento de respostas aos desafios estruturais, designadamente o desemprego, a pobreza e a criminalidade. Paradoxalmente, o investimento no setor educativo não ocupa ainda uma posição central nas prioridades orçamentais do Estado, facto que suscita interrogações quanto à compreensão, por parte dos decisores públicos, das externalidades positivas inerentes à educação em Angola.

Perante este cenário, o presente artigo propõe-se responder à seguinte questão: em que medida o escasso reconhecimento das externalidades sociais positivas da educação contribui para o subinvestimento no setor e para a persistência das problemáticas sociais em Angola? O objetivo deste estudo consiste em analisar o papel do investimento na educação enquanto agente de transformação social em Angola, sob o prisma das externalidades sociais positivas, à luz da abordagem teórica de Ioschpe (2004).

O presente está composto por uma introdução, enquadramento teórico, resultados e discussão, conclusão, e finalmente as referências.

DISCUSSÃO TEÓRICA

EDUCAÇÃO E EXTERNALIDADE SOCIAIS

No que concerne à definição de educação, coexistem múltiplas abordagens concetuais; ou seja, “não existe única resposta para essa questão” (Antunes, 2021, p. 44). Atendendo à finalidade deste estudo, que não privilegia a discussão ontológica sobre o conceito de educação, procurar-se-á apenas apresentar uma delimitação terminológica que situe o leitor. Importa, todavia, afirmar que a educação não constitui uma instituição social recente, mas sim secular. Neste sentido, Brandão (2020) reforça esta premissa ao sustentar que a educação emergiu:

quando os nossos ancestrais começaram a reciprocizar a aprendizagem, acrescentando a ela o ensino motivado, mesmo quando ocasional e ainda muito fortuito e precário. E desde aí saltamos para uma relação em que a ação recíproca do ensinar-aprender tornou-se tão essencial, universal, indispensável, que podemos dizer que afinal a humanidade descobriu a educação. (Brandão, 2020, p. 60).

Deste modo, Júnior (2023, p. 129) afirma que a educação pode ser definida como o ato ou efeito de educar ou ensinar, tratando-se de “um processo que desenvolve as capacidades físicas, intelectuais e morais, visando à promoção da integração pessoal e social”.

Considerando a influência da educação no desenvolvimento humano e na organização da vida social — condição que viabiliza a

própria existência em sociedade (Júnior, 2023) , esta tem sido amplamente reconhecida como um investimento em capital humano. Por esta razão, tem despertado um interesse crescente, não apenas por parte dos governos, mas também de investigadores de distintas áreas do conhecimento em âmbito global. Tal centralidade decorre da relevância atribuída à educação em todas as sociedades, sendo frequentemente considerada um dos principais, senão o mais determinante, fatores de desenvolvimento social. Nesta perspectiva, o relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI (UNESCO, 2010, p. 5) refere que, “perante os múltiplos desafios suscitados pelo futuro, a educação surge como um trunfo indispensável para que a humanidade tenha a possibilidade de progredir na consolidação dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social”.

Para além desta compreensão estrutural e estratégica, é pertinente considerar a educação na sua dimensão quotidiana e experiencial. Brandão (2020, p. 3) sustenta que “ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, [...] todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, aprender-e-ensinar”. Esta afirmação evidencia que a educação, embora se manifeste sob diferentes formas e em diversos contextos, constitui um fenómeno inerente à existência humana.

A este propósito, Cascais e Terán (2014) corroboram a necessidade de uma educação ao longo da vida, capaz de suportar os aspetos económicos, sociais, científicos e tecnológicos impostos pela globalização. Este conceito serviu de referência ao relatório da UNESCO, sendo identificado como uma das “chaves de acesso ao novo século” (UNESCO, 2010, p. 13).

Ainda sob a ótica de Brandão (2020), a educação existe onde não há escola, coexistindo estruturas sociais de transmissão de saberes mesmo na ausência de modelos formais. Não obstante, o presente estudo delimita a sua análise à educação formal,

compreendida como aquela “desenvolvida nas instituições escolares, com conteúdos previamente estruturados” (Gohn, 2006, p. 28), habitualmente assegurada pelo Estado.

Embora esta delimitação seja necessária para fins de recorte teórico, cabe destacar que tal concepção tem sido progressivamente ampliada pelo paradigma da educação ao longo da vida (UNESCO, 2010). Neste quadro, a educação ultrapassa os limites institucionais e passa a ser entendida como um processo contínuo, articulado com as dinâmicas sociais, económicas e culturais. Assim, a educação assume um papel relevante na promoção do desenvolvimento social, embora não se sustente a ideia de que possa, isoladamente, equacionar todos os problemas estruturais. Afinal, as decisões políticas e económicas são de responsabilidade do Estado, cabendo-lhe garantir “níveis mínimos de educação” escolar à população (Júnior, 2023, p. 129).

De acordo com a UNESCO (2010), a missão da educação consiste em possibilitar o desenvolvimento pleno das potencialidades criativas dos indivíduos. Quando esta finalidade é alcançada, ampliam-se as condições para a geração de externalidades positivas que se projetam no plano coletivo. Neste sentido, Sen (1999) destaca que a educação desempenha um papel central na expansão das liberdades individuais e coletivas, configurando-se como um meio para a realização de outros direitos fundamentais. Consequentemente, sociedades com níveis mais elevados de escolarização tendem a apresentar maior coesão social. Nestes casos, segundo Ioschpe (2004, p. 68), a educação torna-se “uma atividade repleta de externalidades, beneficiando não apenas o indivíduo, mas a sociedade como um todo”.

Contudo, a centralidade da educação não a isenta de contradições. A contribuição de Ioschpe (2004) evidencia que esta pode produzir externalidades sociais negativas quando atua como mecanismo de reprodução de desigualdades. Bourdieu (1998) argumenta

que o sistema escolar tende a legitimar as desigualdades sociais ao naturalizar diferenças que são socialmente construídas através da transmissão de capital cultural e de diferentes *ethos* familiares.

Entretanto, no contexto contemporâneo, destaca-se o avanço da mercantilização educativa. Laval (2004) adverte que, sob a lógica neoliberal, a escola é concebida como uma organização orientada pela eficiência e competitividade. Tal reconfiguração pode implicar o enfraquecimento da dimensão crítica da formação (Gomes, 2020). Em contraposição, a UNESCO (2016) propõe a compreensão da educação e do conhecimento como bens comuns globais, reafirmando a educação como um empreendimento social e um direito fundamental orientado pelo princípio do bem comum.

ANÁLISE DE DADOS

No presente estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza analítico-descritiva, fundamentada no método da análise documental. O corpus de análise incidiu sobre documentos oficiais do Orçamento Geral do Estado (OGE) de Angola, compreendidos entre o período de 2022 a 2026, obtidos a partir do portal institucional do Ministério das Finanças. O propósito central desta recolha consistiu em compreender o volume de investimento público adstrito ao setor da educação e a posição que este ocupa na hierarquia das prioridades governamentais. Segundo Cellard (2012), a análise documental permite interpretar as políticas públicas a partir de registos institucionais, constituindo uma relevante fonte de evidência indireta que confere estabilidade aos dados recolhidos.

Complementarmente, procedeu-se a uma análise teórica sustentada nos contributos de loschpe (2004) e de outros autores de referência, o que permitiu interpretar os indicadores financeiros à luz das externalidades sociais do investimento educativo. Por último,

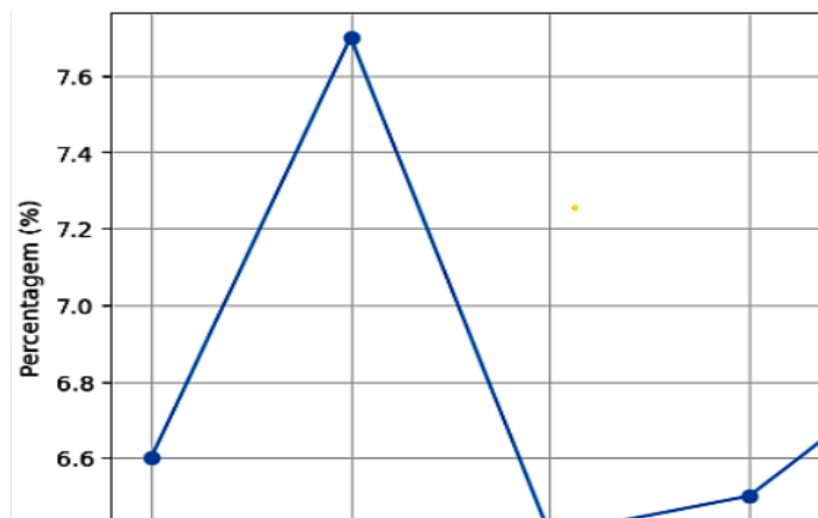
para o tratamento e interpretação dos dados extraídos dos documentos, recorreu-se à Análise Textual Discursiva (ATD), conforme a proposta de Moraes e Galiazzi (2020). Esta técnica possibilitou a desconstrução e reconstrução dos textos, facilitando a emergência de novas compreensões sobre o fenómeno em estudo.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme evidenciado na Figura 1, a evolução da participação do setor da educação no Orçamento Geral do Estado (OGE), entre 2022 e 2026, revela um comportamento oscilatório, não configurando uma trajetória consistente de crescimento sustentado. Observa-se um incremento inicial entre 2022 (6,6%) e 2023 (7,7%), seguido de uma retração em 2024 (6,4%), que representa o ponto mínimo da série analisada. Nos anos subsequentes, verifica-se uma recuperação moderada, atingindo os 6,5% em 2025 e os 6,9% em 2026.

À luz desta dinâmica, constata-se que as variações interanuais não traduzem um movimento estrutural de reforço da prioridade orçamental. Pelo contrário, o padrão aponta para uma relativa estabilidade em patamares reduzidos de alocação de recursos, sendo as oscilações registadas possivelmente explicadas por ajustamentos conjunturais da política fiscal. Esta discrepância entre os compromissos normativos, nomeadamente a Lei n.º 14/25 de Angola, e os referenciais da Declaração de Incheon (2015), que preconiza a alocação de 15% a 20% da despesa pública à educação, evidencia um subfinanciamento relativo do setor.

Gráfico 1 - Evolução Dotação orçamental (% do PIB) - OGE Angola (2022-2026)¹



Fonte: Autor com base nos dados do OGE de Angola (2022 - 2026)

A análise dos dados orçamentais não pode ser dissociada do enquadramento estratégico que orienta a ação governativa. Embora o discurso oficial sustente a centralidade da educação como pilar do desenvolvimento humano, a persistência de indicadores sociais adversos, como o Índice de Pobreza Multidimensional e os níveis de criminalidade, sugere a existência de tensões entre o plano discursivo e os resultados efetivamente observados. Tal cenário reforça a necessidade de uma análise crítica sobre a eficácia das políticas públicas e a suficiência dos recursos alocados.

Nesta ótica, a insuficiência de investimento não se circunscreve ao domínio educacional, repercutindo-se em dinâmicas sociais mais amplas. Importa reconhecer que a educação não se realiza de forma dissociada das opções políticas que a estruturam, uma vez

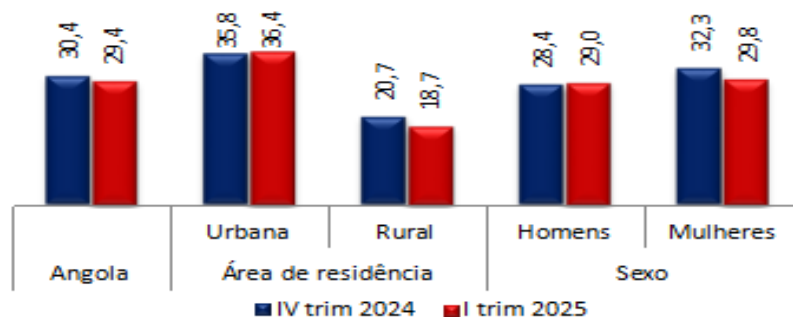
1 Evolução da dotação orçamental para o Subsistema de Ensino Geral em Angola (2022-2026)

que a política educativa constitui o espaço de definição de prioridades, metas e meios de intervenção (Freire, 2001).

A correlação entre financiamento educacional e resultados sociais torna-se mais premente perante os indicadores socioeconómicos recentes. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE, 2025), a população desempregada com 15 ou mais anos foi estimada em 5.340.156 indivíduos, fixando a taxa de desemprego em 29,4%. Este valor apresenta-se ligeiramente superior entre a população feminina (29,8%) face à masculina (29,0%).

Como ilustrado no Gráfico 2, que compara o IV trimestre de 2024 com o I trimestre de 2025, os dados evidenciam a persistência de níveis elevados de desemprego. Esta realidade sugere que limitações estruturais no financiamento e na eficácia do sistema educativo podem comprometer a capacidade de inserção socioeconómica da população, especialmente num contexto marcado por desigualdades persistentes.

Gráfico 2 - Taxa de desemprego por área de residência e sexo, variação trimestral



Fonte: INE (2025)

A Gráfico 2 ilustra a comparação da taxa de desemprego em Angola entre o IV trimestre de 2024 e o I trimestre de 2025, com desagregação por área de residência e sexo. Em termos agregados, observa-se uma redução da taxa de desemprego de 30,4% para

29,4%, sinalizando uma melhoria marginal nas condições do mercado de trabalho. No que se refere à distribuição espacial, esta tendência manifesta-se de forma assimétrica: o desemprego incide acentuadamente nas áreas urbanas (55,4%), permanecendo significativamente superior aos valores registados no meio rural (18,7%).

Relativamente à desagregação por sexo, as mulheres apresentam taxas de desemprego superiores às dos homens. Embora se verifique uma diminuição mais acentuada entre a população feminina (de 32,3% para 28,8%) do que entre a masculina (de 28,4% para 27,0%), persiste um diferencial de género desfavorável à mulher, o que evidencia desigualdades estruturais no acesso ao emprego. Tal configuração reforça a necessidade de políticas públicas focalizadas na dinamização do emprego urbano e na mitigação das disparidades de género.

A compreensão das vulnerabilidades socioeconómicas exige uma abordagem integrada, na qual o desemprego é apenas uma das dimensões da privação. Neste contexto, o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) emerge como um instrumento analítico fundamental. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE):

A taxa de incidência [...] a nível nacional é estimada em 54,0%, o que significa que aproximadamente 5 em cada 10 pessoas no país são multidimensionalmente pobres. A taxa de intensidade média da pobreza, que reflecte a parcela de privações que cada pessoa pobre experimenta é de 48,9%. (INE, 2020, p. 28).

O investimento em educação constitui um dos principais determinantes da redução da pobreza, ao potenciar a empregabilidade e a produtividade. Em contrapartida, níveis insuficientes de financiamento tendem a comprometer a formação de capital humano, perpetuando ciclos intergeracionais de pobreza.

No que concerne à criminalidade, o relatório Africa Organized Crime Index (2025) posiciona Angola com um índice de 5,62, valor

que ultrapassa o limiar de influência significativa do crime organizado. Segundo o referido documento:

A atuação policial deficiente em áreas carentes contribui para a violência de gangues e para as altas taxas de homicídio. As atividades de gangues persistem apesar das repreensões policiais e das operações direcionadas a grupos específicos, mas seu impacto nas comunidades é limitado. (Global Organized Crime Index, 2025, p. 6).

A redução destes índices está intrinsecamente associada ao reforço do investimento educativo, que atua na promoção de valores de cidadania e na prevenção de comportamentos desviantes. Conforme assinala Silva (2024), a exclusão educacional vulnerabiliza os jovens, dificultando a sua inserção no mercado formal e expondo-os a atividades ilícitas.

O retorno do investimento em educação não deve ser analisado apenas sob uma perspectiva individual. Níveis elevados de escolaridade geram efeitos multiplicadores na economia e na coesão social. Ioschpe (2004, p. 67) sublinha que “há outros ganhos comumente associados com a educação: maior tolerância, consciência social, melhores cuidados com a saúde, tendências democráticas, controle de impulsos violentos, pesquisas que levam ao desenvolvimento tecnológico e uma série de outros benefícios”.

Depreende-se que a educação é uma atividade caracterizada por um elevado nível de externalidades positivas. Indivíduos mais escolarizados geram impactos sociais relevantes, como maior participação cívica e menor propensão à violência. No contexto específico de Angola, esta discussão adquire particular relevância face aos constrangimentos persistentes no financiamento do setor. Como indicam Welborn, Cilliers e Kwasi (2020), a persistência de desigualdades profundas exige uma reconfiguração das prioridades orçamentais, conferindo centralidade à educação como vetor estratégico de desenvolvimento humano e justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que o investimento em educação desempenha um papel fulcral na transformação social, não apenas em função dos seus efeitos diretos, mas, primordialmente, em virtude das externalidades positivas que gera ao nível coletivo.

A análise documental do Orçamento Geral do Estado (OGE) de Angola, referente ao período de 2020 a 2026, demonstra que, embora a educação figure entre os setores contemplados, o volume de investimento permanece aquém do limiar necessário para induzir transformações estruturais consistentes. Esta constatação assume particular gravidade quando confrontada com a pressão decorrente da expansão demográfica e o conseqüente aumento das exigências sociais por serviços educativos de qualidade.

Adicionalmente, observou-se que a composição interna da despesa pública no setor educativo privilegia, tendencialmente, os gastos correntes em detrimento de investimentos estruturantes. Esta assimetria compromete a expansão e a requalificação das infraestruturas escolares, bem como a necessária formação e valorização do corpo docente, limitando a capacidade de resposta do sistema face aos imperativos de equidade e universalização do acesso.

Este cenário indicia uma subvalorização do papel estratégico da educação no processo de desenvolvimento nacional. Tal dinâmica parece decorrer de uma compreensão restrita da educação enquanto setor isolado, negligenciando o seu caráter de eixo transversal capaz de influenciar múltiplas dimensões do desenvolvimento humano. À luz da abordagem de loschpe, a persistência de níveis reduzidos de investimento educacional correlaciona-se com a manutenção de problemas estruturais, designadamente o desemprego, a pobreza, a criminalidade e a fragilidade da coesão social. Portanto, o resultado analisado aponta para a premência de uma reorientação das

prioridades públicas. Torna-se imperativo que os decisores políticos incorporem a educação como o pilar central das estratégias de desenvolvimento em Angola, assegurando financiamentos sustentáveis e eficiência na sua aplicação. Tal reconfiguração constitui a condição indispensável para a promoção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva, alinhada com os princípios preconizados pela UNESCO e apta a superar os desafios contemporâneos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **Professores e professores**: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2021.
- ANGOLA. Ministério das Finanças. **Orçamento Geral do Estado 2022**. Luanda: Ministério das Finanças, 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pxfy>. Acesso em: 15 mai. 2026.
- ANGOLA, Ministério das Finanças. **Orçamento Geral do Estado 2023**. Luanda: Ministério das Finanças, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pxfy>. Acesso em: 15 mai. 2026.
- ANGOLA. Ministério das Finanças. **Orçamento Geral do Estado 2024**. Luanda: Ministério das Finanças, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Olpx>. Acesso em: 15 mai. 2026.
- ANGOLA. Ministério das Finanças. **Orçamento Geral do Estado 2025**. Luanda: Ministério das Finanças, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Z0bk>. Acesso em: 15 mai. 2026.
- ANGOLA. Ministério das Finanças. **Orçamento Geral do Estado 2026**. Luanda: Ministério das Finanças, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/elBc>. Acesso em: 15 mai. 2026.
- ANGOLA. Instituto Nacional de Estatística (INE). Folha de Informação Rápida: Inquérito ao Emprego em Angola – I trimestre 2025. Luanda: INE, 2025. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/NDIzNDY%3D>. Acesso em: 15 mai. 2026.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é a educação?**. Goiás: Editora espaço acadêmico, 2020.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.** Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2026.

GOMES, L. R. Que auschwitz não se repita. *Cadernos da Pedagogia*, v. 14, n. 29, p. 25-36, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/oyQp>. Acesso em: 15 mai. 2026.

IOSCHPE, Gustavo. **A ignorância custa um mundo**: o valor da educação no desenvolvimento do Brasil. São Paulo: Francis, 2004.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

UNESCO. **Repensar a educação**: rumo a um bem comum mundial? Brasília: UNESCO Brasil, 2016.

WELBORN, Lily; CILLIERS, Jakkie; KWASI, Stellah. **Cenários do futuro de Angola 2050 para além do petróleo**. n. 35, 2020. Disponível em: <https://korbel.du.edu/wp-content/uploads/2025/04/Cenarios-do-Futuro-de-Angola-2050.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2026.

UNESCO. Declaração de Incheon: educação 2030 – rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Incheon, Coreia do Sul, 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por. Acesso em: 15 maio 2026.

Aleixo Castigo Muamununga

Mestre em Educação pela Universidad Eupea del Atlántico-Espanha. Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Brasil. Professor do Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela-Angola.

E-mail: aleixocastigo2020@gmail.com

Rosa Augusta Samati

Professora do Instituto Superior Politécnico de Benguela-Angola. Doutoranda em Psicologia Clínica de Saúde pela Universidade Internacional-Iberoamerica do México.

E-mail: rosasamati@gmail.com